

Sustentabilidade: a mesma face de uma mesma moeda?

LUCIANO MUNCK
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
munck.luciano@gmail.com

JACQUES HARUO FUKUSHIGUE CHIBA
jacques_haruo@hotmail.com

BEATRIZ LIMA ZANONI
beatriz.lz@hotmail.com

MARIA FERNANDA TOMIOTTO
mfernanda.tomiotto@gmail.com

Sustentabilidade: a mesma face de uma mesma moeda?

Resumo: As narrativas dominantes, vinculadas a ciência normal, afastaram as relações sociais entre os indivíduos e as organizações e colocaram em xeque a capacidade das organizações em assegurar a ordem social por meio do progresso econômico e tecnológico. Portanto, este ensaio teórico teve como objetivo discutir se o desenvolvimento atrelado às premissas da sustentabilidade seria uma nova estrutura para suprir uma dívida social e ambiental vinculada ao desenvolvimento econômico a qualquer custo, ou se veio para perpetuar a ideia de maximização do lucro no longo prazo. As argumentações pautaram-se pela exposição da maleabilidade da estrutura capitalista e sua influência na percepção dos agentes em relação à interação entre homem, organizações e sociedade. Discutiu-se também o tema sustentabilidade e a articulação de seu sentido no âmbito organizacional, questionando se esta seria, de fato, uma nova estrutura. Ao final, refletiu-se sobre as posições da sustentabilidade que influenciam a capacidade do desenvolvimento sustentável em transformar a estrutura vigente.

Palavras-chave: estrutura; agência; capitalismo; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável.

Sustainability: the same face of the same coin?

Abstract: Dominant narratives, linked to the normal science, have alienated social relations between individuals and organizations as well as have challenged the ability of organizations to secure social order through economic and technological progress. Therefore, this theoretical essay had as objective to discuss if the development related to the sustainability premises would be a new structure to supply a social and environmental debt suffered by economic development at any cost, or if it came to perpetuate the idea of profit maximization. The arguments were based on the exposition of the malleability of the capitalist structure and its influence on the perception of the agents in the relations between the man, organizations and society. It is also discussed the articulations between sustainability and of its meaning in the organizational sphere, questioning whether this would be, in fact, a new structure. In the end, we reflected on the positions of sustainability that influence the capacity of sustainable development to transform the existing structure.

Key-words: structure; agency; capitalism; sustainability; sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o contexto histórico das organizações, percebe-se que os ideais capitalistas foram outrora criticados a partir dos pensamentos de Auguste Comte, que já no século XVIII questionou o modelo de sociedade até então estabelecido. Entretanto, sua denúncia vinculou-se a promoção da reorganização social em um período em que os homens eram regidos por militares e sacerdotes. A forma de organização proposta por Comte seria alcançada através de uma sociedade regida pela ciência e pela indústria, cujo foco desse modo de organização social era a atribuição de métodos e regras para o alcance do maior nível de produtividade e, conseqüentemente, de riqueza possíveis (ARON, 2008).

Sobre a história, é possível observar que as grandes narrativas que relacionam homem, organizações e sociedade facilitam a atribuição, a construção e até mesmo a contestação dos sentidos tomados como verdades (GABRIEL, 2004). Como exemplo, ressalta-se que ao longo da história, as narrativas e relatos que as recontam por meio de manchetes de revistas e jornais e demais mídias, são permeadas pela exaltação ao desenvolvimento promotor de conquistas econômicas. Os exacerbados avanços econômicos são os que permitem aos governos e homens de negócio orgulharem-se e validarem seus feitos. Atuam como troféus que legitimam aqueles que conseguem maior retorno, ou seja, mais capital para continuar dominando esse jogo.

Sendo assim, as narrativas propagam as virtudes da propriedade privada e das riquezas concentradas, pois a acumulação seria um ganho inevitável, visto que a civilização material seria desenvolvida somente se cada geração produzisse mais do que sua necessidade e transmitisse à próxima geração um estoque de riqueza maior do que recebeu (ARON, 2008). Por conseguinte, "as histórias são frequentemente confirmadas pelas narrativas que criam mitos por meio de textos e discursos que supervalorizam a vitória material" (GABRIEL, 2004, p.63). Todavia, tão logo esses mitos são implementados, mesmo sem qualquer avaliação de seus impactos sobre os resultados da organização, e são tomados como princípios apropriados, adequados, racionais, necessários e que evitam a ilegitimidade (MEYER; ROWAN, 1977).

Nesse contexto, crescimento e progresso associaram-se ao uso dos recursos naturais para maximização do lucro, a qual não considerava os antagonismos das mazelas sociais e ambientais implicadas. Assumindo a postura de superprodução e valorização da riqueza como válida socialmente, a exploração do homem em relação ao outro homem e também ao ambiente transformou-se em uma atitude normal e legitimada por uma estrutura que a mantinha e reforçava. Ou seja, construiu-se o sentido da ação embasada naquilo que era "imposto" pelo contexto histórico vivido, vinculado à acumulação ilimitada de capital (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

As organizações expressas no século XIX seriam aquelas que resolveriam os problemas por meio do progresso e garantiriam a ordem social, pois o conflito de interesse entre sociedade e indivíduos seria superado com uma solução universal e incremento tecnológico contínuo. Essa narrativa propagou-se, pois "[...] os controles organizacionais do tempo, movimento, espaço e sobre o que as pessoas podem dizer, muitas vezes inibem o delicado e longo processo de construção e manutenção de uma narrativa" (GABRIEL, 2004, p.70).

Por outro lado, essa premissa não pareceu suprir as necessidades encontradas no final do século XX, em que os estudiosos da organização contemporânea estavam inseridos em um contexto social de questionamento entre a efetividade técnica e a virtude moral das organizações (REED, 2007). Dessa forma, tem-se uma conjuntura na qual uma ciência "revolucionária" é requerida em virtude das críticas e insuficiência dos modelos vigentes para lidar com os conflitos internos e epistemológicos vivenciados no campo das organizações (REED, 2007).

As lacunas deixadas pelo caminho percorrido pela ciência normal¹, em que foram afastadas as narrativas que envolviam os indivíduos e as organizações nas relações sociais, demandaram que fossem restabelecidas as conexões rompidas entre o indivíduo, a organização e seu ambiente (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Nesse contexto, surge um novo sentido para o desenvolvimento, o qual é propagado pelas premissas da sustentabilidade. Mas seria esse novo modelo, uma remodelada estrutura que veio para corrigir uma reconhecida dívida social e ambiental causada pelo desenvolvimento econômico a qualquer preço, ou simplesmente seria uma nova e perversa forma de legitimar a maximização do lucro e sua perpetuação no longo prazo?

Para responder às indagações expostas, no primeiro tópico deste ensaio serão retomados os conceitos de estrutura e agência a partir de Sewell (1992), Meyer e Rowan (1977) e Emirbayer e Mische (1998) pelo entendimento de que tais conceitos constituem os “elementos incorporados no processo de construção do objeto” (MENEGHETTI, 2011, p.329), no caso as diferentes manifestações do capitalismo apontadas por Boltanski e Chiapello (2009), o qual dada sua dinamicidade, molda as diferentes esferas da sociedade.

No segundo tópico, ao considerar que a agência humana envolve um engajamento temporal dos atores em diferentes contextos, discute-se, sob a luz de um olhar crítico, se o novo sentido atribuído ao âmbito organizacional pela sustentabilidade constitui uma nova estrutura ou simplesmente maquia antigos mitos. Esta discussão se desenvolverá a partir de Hopwood, Mellor e O’Brien (2005), Banerjee (2003) e O’Connor (2000). Por fim, as considerações finais sintetizam e exploram as dicotomias alardeadas pela sustentabilidade, as quais trazem implicações para que o desenvolvimento sustentável exerça o papel de agência que seria capaz de transformar a estrutura em vigor.

2 O ESPÍRITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGÊNCIA E ESTRUTURA

Os estudos organizacionais, ao longo da história, foram elaborados a partir de linhas de debate e diálogos partilhados fazendo com que os limites intelectuais e julgamento para novas contribuições fossem estabelecidos, ou seja, compõem o campo intelectual de conflitos históricos em que a análise organizacional foi desenvolvida. Esses modelos são formados por narrativas, recursos simbólicos e técnicos por meio dos quais pode-se discutir a natureza das organizações (REED, 2007). E, nesta região tem-se o instrumento pelo qual as ações dos agentes são autorizadas ou constrangidas por aqueles que detêm o poder de permitir ou negar a ação social, um poder comparado ao do Estado que possui a autorização de instituir leis a sociedade civil, portanto, estruturas legitimadas.

Dessa maneira, observa-se que a agência e estrutura constituem uma à outra e isto faz com que todas as ações sociais sejam moldadas e condicionadas pelos contextos temporais-relacionais da ação e pelo entendimento da dinâmica da agência (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Estrutura quando compreendida enquanto uma metáfora epistemológica pode ser entendida como sustentada e constituída de forma mútua por esquemas culturais e por um conjunto de recursos que capacitam e constroem a ação social, ação esta que reproduz a estrutura (SEWELL, 1992), ou seja, considera-se os procedimentos e políticas que constituem as manifestações de regras institucionais, o que fortalece também a visão de um mito dentro da organização formal (MEYER; ROWAN, 1977).

Por isso, a estrutura é dinâmica e resultante tanto da evolução quanto da matriz de um processo de interação social e, para entendê-la, é preciso uma análise das interações e dialéticas que fazem com que os seres humanos moldem suas histórias (SEWELL, 1992). Observação

¹ A ciência normal representa uma teoria com bases positivistas e objetivistas, na qual o principal foco está na eficiência da organização e não no trabalhador em si; caracterizada pela preocupação sobre estabilidade e coesão, com inspirações sobre o sucesso econômico estadunidense (MARSDEN; TOWNLEY, 2001; REED, 2007).

esta que se relaciona a compreensão da teorização da agência humana em relação aos seus contextos estruturais, nos quais entende-se que os atores estão envolvidos com o passado, presente e futuro. Portanto, em temporalidades distintas em que os padrões e ações são ajustados frente às situações (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Tem-se, nesse sentido, a definição da agência humana como “o engajamento construído temporalmente por atores de diferentes ambientes estruturais – os contextos temporais-relacionais – os quais, através da interação do hábito, imaginação e julgamento, simultaneamente reproduzem e transformam essas estruturas em uma resposta interativa para os problemas colocados pelas mudanças históricas das situações” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p.970). Em outras palavras, os autores explicam que a agência é um processo de engajamento social que é temporariamente incorporado, sendo informado pelo passado (elemento interativo ou habitual), mas também orientado para o futuro (elemento projetivo de traçar alternativas) e para o presente (elemento prático-avaliativo de contextualização dos hábitos passados e projetos futuros dentro das contingências presente).

Consequentemente, a reprodução das estruturas, que é temporal, requer a conduta humana, na qual os agentes são capacitados pelas estruturas (pelos conhecimentos e esquemas culturais) o que permite que eles mobilizem os recursos para confirmar os esquemas (SEWELL, 1992). Isso porque, as organizações formais elaboram e expandem regras institucionalizadas para maximizar sua legitimidade e recursos para sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977). Nesse contexto, “mesmo quando surgem histórias, elas frequentemente precisam competir com narrativas e relatórios oficiais, muitas vezes sendo silenciados por informações e dados” (GABRIEL, 2004, p.70).

Dessa forma, a rivalidade entre as novas histórias e as narrativas tidas como verídicas relaciona-se aos esquemas representativos da estrutura e o poder que esta tem em virtude dos recursos que possui. Sewell (1992) explica que as estruturas se alternam conforme os recursos e poder que podem mobilizar, caracterizando, portanto, a durabilidade e dinamicidade das estruturas. Sendo assim, para este autor, o capitalismo pode ser compreendido como uma dinâmica contínua de acumulação guiada pelo modo de produção capitalista e, diferentemente da percepção de Marx (2013) que vincula este sistema à mecanização da produção e luta de classes, a capacidade de transposição do capitalismo vincula-se ao conceito de mercantilização, ou seja, a conversão do valor de uso em valor de troca.

Karl Marx, um dos principais críticos sobre malefícios causados pelo capitalismo, comparava, segundo Cohen (2013), esse sistema com o modelo de escravidão e servidão, nos quais aquele que detinha a força de trabalho estava subordinado aos que detinham os meios de produção. No capitalismo, segundo Marx (2013), a situação se repete, mas com nomes diferentes, o escravo agora é chamado proletário, e o senhor de escravos ou barão, recebe o nome de capitalista. Com o advento e crescimento dessa nova forma de organização social, e ao desenvolvimento histórico das forças produtivas, tudo contribuiu para que houvesse maior necessidade de estudos, adaptações e correspondência às relações de produção (COHEN, 2013), o que faz com que as organizações, ainda hoje, compartilhem das características fundamentais com as do período de Marx pois, basicamente, elas continuam a ser uma forma capitalista da sociedade e das empresas (ADLER, 2011).

Pelo fato de, inicialmente, o sistema capitalista promover uma estrutura de recrutamento e contratação dos melhores trabalhadores e de pagamentos de salários, não havia garantia alguma de bem-estar permanente, diferentemente do sistema de escravidão e servidão, que garantiam condições mínimas de sobrevivência, ainda que estas fossem questionáveis. Evidencia-se, nesse contexto, que não é manifestada qualquer tentativa para abordar as questões de poder ou de intervenção humana, são teorias que defendem a expansão do mercado, em prol da lógica econômica e da propriedade privada de forma progressiva mesmo que, para isso, os

conceitos de comunidade, serviços públicos e preocupações sociais fossem marginalizados (REED, 2007).

Marginalizados pois, como o espírito do capitalismo incorpora “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.39). Nessa ideologia é garantido ao capitalismo uma segurança mínima e capacidade de mobilização das forças produtivas ao redor do mundo, são fornecidas inúmeras justificativas morais do capitalismo que tanto subsidiam o esclarecimento de sua histórica quanto permitem a compreensão das conversões de suas práticas produtivas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Ou seja, uma “superestrutura” vinculada a cultura, religião, direito e governo que “é o meio pelo qual a classe dominante mantém sua dominação e tenta moderar seus conflitos internos” (ADLER, 2011, p.128), e articulada com elemento interacional da agência porque os padrões de pensamentos são propagados pelos atores e incorporados à atividade prática rotineira (EMIRBAYER; MISCHE, 1998).

Consequentemente, tem-se a identificação de três estados históricos do espírito do capitalismo, que combinam a autonomia, proteção e bem comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Os autores identificaram o primeiro espírito sendo compreendido no final do século XIX, cuja figura do burguês representa o empreendedor com valores tradicionais e adoção da avarizia e racionalização da vida cotidiana sendo defendidas pelos sacrifícios exigidos em busca do progresso que beneficiaram a todos. Enquanto o segundo, entre os anos de 1930 e 1960, está centrado na burocratização e qualificação atrelada aos diplomas universitários cujo ideal centra-se no consumo em massa e o gerenciamento de carreira possibilita a ascensão ao poder, sendo que a longo prazo, a sociedade se beneficiaria da industrialização porque o consumo seria distribuído pela grande indústria e pelo Estado. E, por fim, o terceiro, ainda em construção segundo os autores, tem-se um capitalismo “globalizado” em que as novas tecnologias são postas em práticas e existe a dependência das multinacionais.

Frente ao exposto, pode-se relacionar as três fases do espírito do capitalismo aos axiomas da estrutura pontuados por Sewell (1992), visto que o capitalismo se refere a uma estrutura cujos esquemas podem ser aplicados em contextos diferentes daqueles em que foram concebidos pois, as estruturas formais são dotadas de redes relacionais de uma organização social e exercem influência sobre os agentes (MEYER; ROWAN, 1977). Além disso, esse capitalismo é capaz de se mostrar válido continuamente na medida em que os recursos são modificados pelos sujeitos de maneiras nem sempre previsíveis, ou seja, tem-se a multiplicidade de significados que permitem aos atores interpretar de formas diferentes os esquemas, incorporando-os conforme os esquemas culturais vigentes, por exemplo, Sewell (1992) ilustra que uma fábrica incorpora a noção capitalista de propriedade, bem como, pode ensinar o caráter social e coletivo proposto por Marx.

Porém, uma vez que essas relações não ocorrem automaticamente, mostra-se que a mudança social pode ser gerada pela difusão das estruturas na vida social, mas para que estes sejam transponíveis e aplicadas de forma criativa é preciso que se tenha conhecimento sobre as regras ou esquemas (SEWELL, 1992). Logo, tem-se um conceito particular de agência enquanto constituinte da estrutura e, isso posto, entende-se que a capacidade de agir é fortalecida pela estrutura, que é flexível, sendo que a agência pode influenciar esta estrutura à medida em que é sustentada por esquemas culturais e recursos que tanto fortalecem quanto restringem sua ação. Mas, considerando que, segundo Sewell (1992), para ser um agente é preciso ter a capacidade de exercer certo grau de controle sobre as relações sociais em que se está envolvido, transformando essas relações em algum grau questiona-se: quais seriam as possíveis modificações na estrutura capitalista que de fato rompem com seus pressupostos utilitaristas e contraditórios em relação ao desenvolvimento sustentável.

A sociedade passou décadas olhando apenas para o período em que estavam vivendo, sem analisar de fato todo o contexto histórico e cultural ao qual pertenciam e estavam inseridos,

muito menos pensando em gerações futuras, entretanto, “[...] uma maior produtividade não apenas satisfaz mais facilmente as necessidades existentes, como também engendra outras novas, que os meios antigos nunca poderiam satisfazer” (COHEN, 2013, p.195). Fato este que pode ser relacionado a limitação da própria agência, sendo esta construída a partir de fatos passados, proveniente de rotinas e tradições que sustentam e desenharam significados (EMIRBAYER; MISCHE, 1998), acreditou-se que, se sempre houve exploração e ainda havia recursos, essa realidade tenderia a se manter por um tempo, ou seja, uma atitude era tomada porque "sempre foi assim".

Os dominantes buscaram aumentar seus capitais econômicos para assim terem mais poder e domínio, contudo, nada pensavam sobre o possível esgotamento das fontes naturais de suas riquezas. Mas, a pensar que os indivíduos que fazem parte da organização estão inseridos em uma teia de valores, normas e regras, que eles mesmos criam e, conseqüentemente, moldam os seus elementos culturais e a forma como eles veem o mundo (BARLEY; TOLBERT, 2009), uma possível ruptura frente aos elementos antagônicos que permeiam a dicotomia do desenvolvimento sustentável poderiam ser impulsionadas por agentes capazes de modificar as estruturas, haja vista a incapacidade do incremento tecnológico contínuo das estruturas vigentes em resolver as mazelas sociais.

Por outro lado, a considerar que a dicotomia que tangencia o desenvolvimento sustentável envolve sanções ao sentido vigente, o do progresso econômico a qualquer custo, bem como a identificação e legitimação de novos sentidos relacionados a capacidade reflexiva e preponderância da análise intertemporal. Deve-se examinar as estruturas e processos que produzem, através dos discursos, as restrições ambientais, relações sociais e culturais que são alteradas pelas organizações (BANERJEE, 2003). Existe, nesse sentido, um dilema que envolve assumir posições que modifiquem o panorama atual, mas ao mesmo tempo, que também tenham aceitação política (LÉLÉ, 1991).

No caso do capitalismo, no decorrer de seu desenvolvimento, ele deixou claro que, dentre seus dois protagonistas, o capitalista e o assalariado, os benefícios gerados seriam sempre concentrados nas mãos do primeiro, ponto este que começa a ser o principal alvo de críticas desse modelo de organização social. Entretanto, por mais que houvessem críticas que o atingisse, posto que estas crises se relacionam a busca desenfreada pelo acúmulo de capital, os avanços do capitalismo tendiam a ser justificados desde que servissem para sustentar e ampliar os poderes daqueles que os possuíam (COHEN, 2013). Boltanski e Chiapello (2009) esclarecem que o espírito do capitalismo conta com justificações que são amplamente compartilhadas e garantem uma ordem desejável e aceitável transmitindo os seus valores por meio da educação, suportando a transposição dessa estrutura.

Essa capacidade adaptativa está vinculada aos mitos institucionalizados por este sistema que vinculam as atividades práticas e estruturas organizacionais encontradas ao longo da história, assim, às organizações que se legitimam e estão propícias a sobreviver neste ambiente, são as que incorporam os mitos legitimados (MEYER; ROWAN, 1977), ou seja, o capitalismo. Tem-se, dessa forma, *scripts* capazes de representar padrões de interação observados em cenários particulares (BARLEY; TOLBERT, 1997) que, dado o poder vinculado aos recursos que detém, as organizações que determinam os princípios gerais são as mesmas que determinam os princípios gerais de conduta.

Essas crenças, portanto, subsidiam e legitimam as ações e as formas como elas estão estruturadas, perpetuando um estilo de vida respaldado em virtudes e em termos de justiça que faz com que a adesão a esse estilo de vida seja pertinente à ordem capitalista, isso se dá, pois “adotar o ponto de vista da elite dominante inevitavelmente encoraja o desenvolvimento de teorias que legitimam e neutralizam o *status quo*” (ADLER, 2011, p.127). Portanto, destaca-se a ideologia dominante que se apoia em esquemas representativos do funcionamento e vantagens que a ordem e a servidão asseguram aos dominados e, por esse motivo, as considerações acerca

da resistência do capitalismo devem ser entendidas com base nas ideologias que contribuem para a manutenção desse engajamento e a boa vontade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Observa-se que esta narrativa exerceu grande influência no desenvolvimento histórico e conceitual da análise organizacional, pois forneceu formas organizacionais que legitimaram o seu crescimento, contudo este modelo não teve um domínio ideológico e intelectual completo, por isso foi contestado por linhas alternativas que compreendiam as falhas deste modelo em lidar com o dinamismo e a instabilidade das organizações complexas (REED, 2007). O que a teoria fez foi tentar expandir o enfoque no indivíduo, mas analisando-o dentro da organização, ademais, a relação com o ambiente era dada a partir da forma como a organização adaptava-se a ele, ou seja, aconselhava os gestores na tradução do mercado para melhorar a eficiência (MARSDEN; TOWNLEY, 2001).

Conforme as críticas ao modelo capitalista que foram emergindo, os donos dos meios de produção passaram a buscar maneiras de se esquivar e mudar as regras do jogo. O principal objetivo era cessar os questionamentos que surgiam por parte dos proletários em relação à exploração, contudo, em alguns momentos, os capitalistas viram-se obrigados a ceder e aceitar as propostas de sindicatos, e outras forças maiores que poderiam vir a atrapalhar o acúmulo dos lucros (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Entretanto, no que diz respeito às representações e controle, essas estruturas narrativas poderiam ser interpretadas como uma tentativa passível de ser contestada a partir do entendimento que se tem sobre a organização enquanto uma prática social estratégica institucionalizada (REED, 2007). Sendo assim, esse caminho percorrido pela ciência normal em que foram afastados os indivíduos e as organizações das relações sociais que constituíram a ciência organizacional normal, demandou o restabelecimento das conexões que foram rompidas, metodologicamente, entre o indivíduo e a organização, e entre a organização e seu ambiente (MARSDEN; TOWNLEY, 2001).

Além da relação de poder e das constantes lutas existentes entre aqueles que detém quantidades de capitais desiguais, faz-se necessário citar a sustentabilidade como impactada ou como fator de impacto no sistema capitalista, e é a partir dessa possível conscientização, que o tema sustentabilidade começa a ganhar espaço de discussão. Isso porque, analisando a situação da época a partir de outra perspectiva, vale entender a mudança de jogo do capitalismo no decorrer dos anos como uma tentativa de reparar os danos causados até então, sejam eles danos à vida dos explorados, ou danos ao ambiente explorado, a capacidade de agência esteve, por um longo período, vinculada a manutenção de uma estrutura concebida como inquestionável.

3 NOVA ESTRUTURA OU NOVOS MITOS? SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade, em um olhar crítico e reservado para o entendimento deste fenômeno no contexto organizacional, possui a capacidade de gerar provocações ao levar em consideração que este conceito representa as condições ecológicas existentes e necessárias para a sobrevivência da espécie humana e suas futuras gerações, em um nível específico de bem-estar (LÉLÉ, 1991). Mais especificamente, sustentabilidade está atrelada a preservação das espécies e do meio ambiente e seus recursos não-renováveis.

O desenvolvimento sustentável, resultado da preocupação global com os problemas ambientais e socioeconômicos (relacionados à desigualdade social e a saúde da humanidade) (HOPWOOD; MELLOR e O'BRIEN, 2005), é um processo que se atenta a satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a satisfação de gerações futuras, conforme a definição do Relatório de Brundtland de 1987, publicado na WCED (World Commission on Environment and Development). Este processo, segundo Banerjee (2003, p.173), “foca na uniformidade e na ordem; reconhece o futuro dos recursos, energia, populações, cidades e

metrópoles, com pouco lugar para a pluralidade, diferença ou multiplicidade” e, por isso, acaba sendo uma demanda histórica ao invés de contradizer a demanda normativa do crescimento econômico (LELÉ, 1991).

Sendo assim, a reflexão a partir dos dois conceitos, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, pode ser relacionada a geração imaginativa de trajetórias possíveis de ação pelos atores, em que a estrutura de pensamento é reconfigurada por esperanças e desejos dos atores para o futuro (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). No entanto, questiona-se o envolvimento de tais conceitos na gestão das empresas, uma vez que, historicamente, o uso irrestrito dos recursos naturais para a garantia de produção e, conseqüentemente, dos ganhos monetários, é condição *sine qua non* para o funcionamento do sistema capitalista.

O uso ilimitado desses recursos, com pouca ou nenhuma preocupação com a renovação, deu luz a uma nova forma de pensar que chega às organizações de maneira principalmente ideológica e política (O’CONNOR, 2000), inserindo um novo discurso que impõe maneiras de agir em prol do “capitalismo sustentável”. Para O’Connor (2000), a sustentabilidade no contexto capitalista entra em contradição, o que o torna impossível de ser realizado. O capitalismo tende à autodestruição e a crise, além de estar aliado à economia mundial, responsável por criar a “sede” pelo capital (O’CONNOR, 2000), o que, por vezes, sobrepõe as preocupações pela renovação dos recursos naturais utilizados, isso porque, “uma vez que o capitalismo se encontra plenamente desenvolvido, cada crise que o atinge é pior que a anterior” (COHEN, 2013, p.247).

Nesse cenário devastador, o desafio do desenvolvimento sustentável reside em contestar a legitimidade e fundamentos epistemológicos do poder e conhecimento que corroboram com essa realidade, pois esse discurso é construído pelos níveis elevados da economia e política fazendo com que seja pouco provável que as organizações revisem o desenvolvimento sustentável de forma rígida (BANERJEE, 2003). Sendo assim, a quebra do sentido evidente relaciona-se a sustentabilidade sendo aceita através da interconexão sistêmica (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995), capaz de promulgar novos sentidos, vinculados a reflexão crítica e com a noção de equilíbrio.

A relação entre o lucro econômico e a natureza se encontra regulada e, de certa forma, o interesse econômico deve se fazer presente para que a organização alinhe a sustentabilidade ao seu modo de produção. Esse interesse é compreendido por meio de um pensamento hermenêutico, ou seja, entende-se que, aquilo que é dito pelo homem, é apenas uma sombra daquilo que ele realmente gostaria de dizer e, portanto, é função do pesquisador, entender através de interpretações o que ela de fato carrega consigo, que o sentido deve ser construído dessa ou daquela forma (CROTTY, 1998).

Para Auguste Comte, pioneiro do pensamento positivista, a indústria era considerada como uma organização científica do trabalho voltada para a geração de riquezas e que seria a lógica que embasaria uma sociedade “perfeita” (ARON, 2008). Logo, o início deste capitalismo desafiou a modernização e trouxe consigo mudanças econômicas, políticas e sociais que configuraram uma realidade totalmente diferente daquelas existentes na produção e administração em pequena escala, fazendo com que o crescimento da “sociedade organizacional” fosse pautado na razão, liberdade e justiça (REED, 2007).

É perceptível que os aspectos sociais foram analisados de maneira instrumental: a sociedade se beneficiaria da industrialização ao ter, à sua disposição, uma produção plena e rica, pautada no progresso econômico e avanço tecnológico. Surge, então, os primeiros focos de um processo de modernização, que representa nada mais que a própria razão em seu pedestal mais alto para as discussões sobre a racionalidade humana, em que as organizações são vistas, conforme uma visão weberiana, em consideração “formal”, que desconsidera qualquer fator de intimidade ou familiaridade (COOPER; BURRELL, 2007).

Nesse sentido torna o processo de industrialização, ao mesmo tempo, silenciador e comprometedor. Silenciador, pois este processo aplicado ao sistema capitalista resultou no surgimento de métodos e máquinas capazes de substituir a mão-de-obra humana, tornando o proletariado descartável e sem voz. Portanto, socialmente analisado, o progresso industrial pode não ter sido a melhor lógica optada para quem dependia da venda da própria mão-de-obra. Por outro lado, em termos de gestão e organização, foi um avanço de poder frente à essência do capitalismo que não pode ser tão facilmente contestada.

Após este progresso, os resultados foram outros: houve um débito social provocado pela industrialização, devido a substituição de várias mãos humanas do ambiente de trabalho, remanejadas para outros ambientes quando, por alguma sorte, ainda eram conservadas dentro das fábricas ou, quando não, eram demitidas deliberadamente. Assim, através da racionalização eliminaram-se os elementos humanos e emocionais que não poderiam ser calculados nos negócios, facilitou o desenvolvimento do capitalismo, aumentou a eficiência teve como consequência a desumanização (MARSDEN; TOWNLEY, 2001).

O chamado “capitalismo sustentável”, isto é, uma forma de capitalismo legitimado por um discurso ideológico e político da sustentabilidade, faz parte de um processo de desenvolvimento pautado na lógica econômica. As palavras “capitalismo” e “sustentabilidade” são contraditórias, portanto, o nome “capitalismo sustentável” é contraditório em si mesmo, uma vez que a sede pelo capital do próprio sistema o faz consumir a natureza, tendendo a autodestruição de seu funcionamento, e a crise ecológica (O’CONNOR, 2000).

De certa maneira, pode-se observar que a sustentabilidade está inserida em um leque de definições que, quando estudada na realidade, não são encontradas limitações para compreendê-la somente no âmbito das organizações, e nem mesmo apenas sobre sua prática. Ainda que seja preciso adotar uma concepção mais múltipla, contingente e fragmentada sobre a sociedade e estrutura, capaz de mostrar como as operações usuais das estruturas podem gerar transformações (SEWELL, 1992), a sustentabilidade pode também ser compreendida como um processo criado pelas organizações, como uma tentativa de amenizar os danos causados pela exploração dos recursos naturais, demanda existente no sistema produtivo do capitalismo (BANERJEE, 2003).

O que se encontra por muitas vezes sobre a discussão do que se torna sustentável ou não para a área dos estudos organizacionais está contextualizado apenas em práticas ou formas pedagógicas de legitimação do próprio discurso dominante. Não se trata simplesmente de estabelecer um rechaço à sustentabilidade, mas sim a um esclarecimento de que, segundo a compreensão da forma que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável têm sido valorizado, pode tender a um imperialismo cultural, social, econômico e político (BANERJEE, 2003). Assim, torna-se mais uma regra às práticas organizacionais do que uma via de transformação.

O sentido dado a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável passa por processos similares ao sentido dado ao progresso vinculado aos aspectos exclusivamente econômicos, conforme descrito no início desta seção. Enquanto que existia um grande grupo denominado preservacionistas que propunham um manejo criterioso dos recursos naturais, realmente cuidando do ambiente para gerações futuras, existia também, o outro grupo, denominado conservacionistas, que defendiam a ideia de que deveriam haver medidas contra a degradação do ambiente, desde que essas não atrapalhassem o crescimento econômico.

Segundo o mapeamento feito por Hopwood, Mellor e O’Brien (2005), são três os caminhos de interpretação sobre o desenvolvimento sustentável:

1. a conservação do status quo, que considera a necessidade de algumas transformações sociais, mas contra mudanças aprofundadas tanto na sociedade, quanto nos processos de tomada de decisão das organizações;

2. a reforma das estruturas atuais, que considera a falta ou a distorção de informação e conhecimento a respeito dos problemas ambientais. Sendo assim, toma-se como proposta mudanças nas políticas e no estilo de vida da população, nas mesmas estruturas sociais e econômicas. O governo desempenha um papel essencial neste contexto para a regularização por meio de criação de taxas e disseminação das informações de diferentes formas; e

3. a transformação, compreendendo que os problemas estão estritamente na economia e nas relações de poder da sociedade. Defende-se uma profunda mudança como forma de evitar as crises ambientais e até um futuro colapso, sendo necessária a transformação social, com destaque a redistribuição de renda e poder.

A conservação do *status quo* garante ao discurso do “capitalismo sustentável”, espaço para fortalecer a sua contradição, o que torna esse caminho questionável para o benefício da sustentabilidade no contexto organizacional uma vez que as estruturas vigentes não são questionadas. A transformação, por outro lado, estabelece uma forma de romper com o discurso estruturado da sustentabilidade, atrelado ao anseio econômico. Sendo assim, a preocupação deste caminho está na garantia do benefício da agência transformadora da sustentabilidade, por meio do desenvolvimento sustentável, rompendo e questionando incisivamente os modelos dominantes.

Por último, em uma perspectiva intermediária, está o caminho da reforma, que equilibra a preocupação temática da sustentabilidade em relação ao uso dos recursos. Ao mesmo tempo, a reforma leva em consideração a necessidade de capital para as organizações, mas propondo mudanças políticas e nos estilos de vida. Por conseguinte, essa abordagem demonstra estar vinculada a definição de agência enquanto uma capacidade inerente aos seres humanos, que são capazes de aplicar os seus conhecimentos em contextos diferentes, para a mobilização ou reinterpretação de esquemas ou recursos (SEWELL, 1992). Pois, o desenvolvimento sustentável não está vinculado apenas a eficiência organizacional, mas também sobre repensar as relações entre o homem e a sociedade, privilegiando visões de mundo alternativas às doutrinas de progresso vigente (BANERJEE, 2003).

Logo, uma vez que o sentido é construído a partir de um contexto social, isto é, interações e linguagens comuns, que influenciam nas mudanças de formas de pensar das pessoas, e podem influenciar inclusive em ações futuras bem como a interpretação de contextos intertemporais (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Segundo Weick (1995), as organizações podem ser consideradas redes de significados compartilhados, onde os estudiosos do sensemaking se atentam muito às conversas, símbolos, expectativas e memórias. Isso porque, as histórias e narrativas existem nas organizações em diferentes medidas, assim, a importância destas reside na capacidade que elas têm de criar espaços simbólicos em que os fatos hegemônicos e o raciocínio técnico possam ser provocados ou interrompidos (GABRIEL, 2004).

Pode-se fazer possível a identificação de um conceito sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não mais visto como “sensemaking”, mas um “world-making” (CHIA, 2011), capaz de transformar a noção benevolente que foi criada por meio do discurso em um instrumento de domesticação das práticas organizacionais. Sendo assim, considerando que as práticas ambientais de gestão estão inseridas em um debate maior sobre o desenvolvimento sustentável, uma revisão radical aconteceria por meio de uma mudança no pensamento em um nível macro (BANERJEE, 2003), em uma perspectiva temporal (BANSAL; DESJARDINE, 2014), pela compreensão de que as mudanças não ocorrem de forma linear (CHIA, 2011).

Toda narrativa dominante, no contexto organizacional, contribui para que mitos e discursos sejam ainda mais legitimados, uma vez que eles dificilmente serão debatidos ou até mesmo mudados, pois são tomados como verdade, sendo responsáveis por algumas pressões da estrutura para com os seus agentes em dois aspectos: as organizações formais elaboram e

expandem regras racionalmente institucionalizadas em todos os elementos da estrutura; quanto mais modernizada for a sociedade, maior serão as ocorrências de expansão da estrutura racionalizada e também maior será o número de domínios contendo instituições racionalizadas; e a incorporação de elementos formais na estrutura maximizam sua legitimidade e recursos para sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977). Pois, o interesse por esse reconhecimento apenas torna a empresa mais apta a “jogar o jogo”, como um diferencial estratégico com viés econômico silenciado por meio de programas e reuniões sobre práticas sustentáveis.

Por outro lado, pondera-se que as reivindicações vinculadas ao caráter integrativo dos três pilares da sustentabilidade, associam-se, de certa forma, a prerrogativa de uma integração mais profunda e envolvimento entre percepções tidas como opostas, visão tecnocêntrica e ecocêntrica (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995), que permeiam as esferas do Desenvolvimento Sustentável identificadas por Hopwood, Mellor e O’Brien (2005). Ademais, ainda que pareça contraditório, haja vista o poder econômico e político das organizações, parece que a ânsia econômica ignorou a própria prerrogativa do progresso e da propriedade privada assegurada por Comte e Saint Simon, os quais corroboram sobre o reconhecimento da propriedade privada a partir de uma função coletiva e a garantia de que os “frutos” destas assegurassem melhores condições sociais (ARON, 2008; DURKHEIM, 2016).

Frente ao exposto, tendo em vista que o que é preciso não é um futuro comum, mas um futuro que respeite a pluralidade de interesses (BANERJEE, 2003), o objetivo final de uma discussão como essa se centra em uma tentativa de conscientização sobre uma narrativa imposta, acolhida e sofrida pela sociedade sem perceber que existem novos discursos que elevam as ações humanas como agentes capazes de construir e reconstruir coletivamente, respeitando interesses diversos, a própria realidade social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensaio buscou, no decorrer de sua construção, apresentar reflexões em torno da ambiguidade da sustentabilidade nas organizações, sem a intenção de estabelecer verdades absolutas. Afinal, como afirma Meneghetti (2011, p.323) “a verdade não se concretiza pela afirmação dogmática resultante da simples utilização de modelos ou sistemas”. Questionou-se, portanto, se a sustentabilidade representa, de fato, a correção de uma dívida social e ambiental decorrente do desenvolvimento econômico a qualquer preço ou uma estratégia perversa de legitimar a maximização do lucro e sua perpetuação a longo prazo.

Constata-se uma correspondência: o advento do capitalismo nada mais foi do que o fortalecimento de um discurso delimitador da ação social por meio do pensamento dominante na época, em que, de várias maneiras, provocou mudanças consideravelmente relevantes às estruturas formais vigentes, o que levou a sérios efeitos aos agentes que estavam inseridos naquele contexto. Agentes estes cuja capacidade prático-avaliativa de problematizar a experiência para exercer o trabalho reflexivo e interpretativo a partir da experiência social (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998), mostrou-se restrita frente ao *status quo* e questões que tentavam confrontar a estrutura corrente, como o desenvolvimento sustentável, acabavam por reforçar o paradigma econômico a qualquer custo ao invés de representar um avanço teórico (BANERJEE, 2003).

Sendo assim, ressalta-se a potência que esses agentes têm para reagir contra ou a favor deste determinado processo social, o que prepondera, em linhas gerais, apenas foi a submissão dos agentes frente aos efeitos causados (esperados ou não) desse processo social em jogo no campo. O que se observa apenas é o compartilhamento de regras e tipificações que acabam categorizando os atores sociais e suas respectivas atividades e relacionamentos enquanto apropriados (BARLEY; TOLBERT, 1997) bem como estruturas duráveis e dinâmicas haja vista

que elas variam a partir da capacidade que têm para mobilização de poder e recurso (SEWELL, 1992).

Entretanto, considerando que “a ‘razão’, somente não pode ser árbitro da prática organizacional” (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p.51), vale ressaltar que as organizações também enfrentaram dificuldades em suas escolhas. Isso porque, quando se administra sem considerar as pessoas, tudo é admissível, o que torna imprescindível que a teoria-prática administrativa seja um questionamento ético (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Isso ocorre, na medida em que se compreende que as organizações ao mesmo tempo em que são capazes de modificar as identidades, são as mesmas que direcionam as escolhas decisórias daqueles que estão inseridos nelas (CHIA, 2011). Por conseguinte, pode-se dizer que a sustentabilidade e o modo de organização capitalista seguem em uma relação dialética.

Ao mesmo tempo em que ela permite entender e explicar a ação, ela não diz o que deve ser feito, por isso a solução dos conflitos não é dada pelo acúmulo de conhecimento, mas sim pelo reconhecimento e debate sobre assuntos que tangenciam a responsabilidade e escolha de valores na condução das ações da organização (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Assim, posto que uma mudança social pode ser gerada pela difusão de estruturas na vida social e que estrutura e agência constituem-se umas às outras (SEWELL, 1992), demanda-se dos agentes organizacionais a capacidade da criação de respostas às situações problemáticas de forma crítica com avaliação comunicativa e desenvolvimento da inteligência reflexiva (EMIRBAYER; MISCHKE, 1998) a fim de que a sustentabilidade não se torne a mesma face de uma mesma moeda.

Como Marx (2013) afirma, até mesmo as máquinas que atribuíram ao capitalismo um caráter mais moderno e o ajudaram a crescer, foram desenvolvidas a partir da força humana, sendo assim, a continuação desse crescimento dependeria também força e principalmente da inteligência proveniente do homem. Além dessa dependência, os detentores de mais capital, passaram a ter consciência de que a exploração desmedida da natureza poderia causar um esgotamento ambiental, o que os obrigaria a parar suas atividades, fechar suas indústrias e possivelmente perder bens até então adquiridos.

A realidade atual das organizações capitalistas não é estruturada de forma diferente do que se via no passado, isto é, existem momentos, assim como na maquinaria marxista (MARX, 2013) nos quais as empresas que não estiverem de acordo com a regulamentação estabelecidas pelas estruturas formais em prol do benefício sustentável, sofrem o grave risco de serem interditas ou até mesmo terem suas atividades encerradas, caso haja regras ou procedimentos padrões que acabam por não serem fielmente respeitadas pela organização. O que ocasiona, então, numa releitura tal como na maquinaria, haja vista que, em síntese, as mudanças fundamentais nas organizações não podem ocorrer sem que mudanças na economia política sobre o papel destas na sociedade também aconteçam (BANERJEE, 2003).

O capitalismo se desenvolve cada vez com mais força, e ainda que esteja em constante processo de evolução em alguns aspectos, ele ainda se apresenta intrinsecamente com a sua mesma essência predatória. Por isso, em um contexto no qual as promessas organizacionais do século XIX não se concretizaram e parece não suprir as necessidades encontradas no final do século XX, os estudiosos da organização contemporânea questionam a efetividade técnica e a virtude moral das organizações (REED, 2007). Quando comparada à época da Revolução Industrial a sociedade aparenta ter mais acesso a informação e, por tal razão, espera-se que tenha consciência acerca da ideia de que o capitalismo é o causador da destruição de aspectos ambientais e sociais provém dos princípios marxistas, e não deve ser tomada como verdade absoluta.

Entretanto, sabe-se que muitas vezes, as organizações se aproveitam de tal situação e vendem um discurso sustentável apenas para atrair mais consumidores. Assumindo a estrutura formal da sustentabilidade mascaram suas realidades, essas, continuam, na verdade, com

práticas de exploração e violência, semelhantes ao capitalismo da época de Revolução Industrial, afinal, esse ainda é considerado por muitos, a forma mais rápida e eficiente de aumentar os lucros. Além disso é válido considerar que, o discurso capitalista de acumulação de bens e benefícios é tão bem construído pelos donos de capital, que estes conseguem escapar e burlar regras estabelecidas. É como se as leis de práticas sustentáveis fossem elaboradas apenas para incorporar uma estrutura formal, tornando-se um mito, e não para serem, de fato, colocadas em prática exercendo o desenvolvimento sustentável reformista ou transformador.

Por isso, faz-se importante, compreender que, segundo Bourdieu (1989), os agentes reagem de duas formas quando percebem a própria capacidade de agência e as pressões da estrutura que os cerca. A submissão é a maneira que o agente encontra de reagir ao perceber que não possui capitais suficientes ou coerentes que o possibilite competir com a estrutura, e também na própria estrutura (considerando que, no seu interior, os agentes lutam pela dominação dela). E a segunda forma de manifestação está na submissão temporária, em que os agentes adquirem forças o suficiente na estrutura, com a intenção de agir pela transformação dela (BOURDIEU, 1989).

Percebe-se assim que, no capitalismo atual a sustentabilidade, geralmente, encontra-se vinculada ao *status quo*, haja vista o pensamento dominante disseminado, especialmente, pelo “*american way of life*”, que vai ao encontro da manutenção e, inclusive, propagação de uma estrutura intransigente pautada no progresso econômico e consumo desenfreado. Por isso, frente às crises, sejam elas econômicas, ambientais e sociais, as medidas corretivas geralmente estão relacionadas a restauração da “ordem” para que o sistema econômico não perca a sua legitimidade, tal como ocorreu na crise econômica de 2008.

Sendo assim, uma vez que as histórias continuamente testam e redesenham os limites entre o que pode ou não ser gerenciado (GABRIEL, 2004) e que o sentido de progresso, atrelado ao desenvolvimento econômico e tecnológico, mostra-se insuficiente frente às demandas atuais, parece clara a urgência de novas narrativas capazes de traçar novos caminhos. Eendo que, em um olhar, de certa forma utópico, a transformação proposta por Hopwood, Mellor e O’Brien (2005) soa como uma alternativa ideal.

Entretanto, considerando que a capacidade de agir é informada pelo passado, o qual influencia e é influenciado pela capacidade de contextualização e projeção futura, a reforma, ainda que apresente limitações, por manter as estruturas sociais e econômicas, parece uma resposta plausível frente ao contexto corrente. Afinal, em um mundo cuja ignorância vinculasse a ausência de conhecimento, mesmo quando a informação é disseminada instantaneamente, quem de fato estaria disposto a renunciar do “conforto”, assegurado pelas estruturas de poder econômico e esquemas culturais que a legitimam, para promulgar novos sentidos com novas faces e novas moedas?

REFERÊNCIAS

ADLER, P. S. Marxist philosophy and organization studies: Marxist contributions to the understanding of some important organization forms. *Research in the Sociology of Organizations*, v. 32, p. 123-153, 2011

ARON, R. Auguste Comte. In.: _____. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 83-184.

BARLEY, S. R.; TOLBERT, P. Institutionalization and structuration: studying the links between the action and the institution. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Revention of Nature. *Organization Studies*. 2003, p.143-180.

BANSAL, Pratima; DesJARDINE, Mark R. Business sustainability: It is about time. *Strategic Organization*, Madison, v. 12, n. 1, p. 70-78, 2014.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O espírito do capitalismo. In.: _____. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 31-61.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S. A. 1989. 314p.

CHIA, R. Organization theory as a postmodern science. In.: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. *The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2011, 113-142.

COHEN, G. A. A primazia das forças produtivas. In.: _____. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 173-216.

COHEN, G. A. As forças produtivas e o capitalismo. In.: _____. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 217-260.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In.: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. *Teoria das organizações*. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 312-335.

CROTTY, Michael. *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1998.

DURKHEIM, É. Saint-Simon – Sua Doutrina – A Escola Saint-Simoniana. In.: _____. *O Socialismo: definição e origens, a doutrina Saint-Simoniana*. São Paulo: EDIPRO, 2016, p. 89-236.

EMIRBAYER, M.; MISCHE, A. What is agency? *American Journal of Sociology*, v. 103, p. 962-1023, 1998.

GABRIEL, Y.. Narratives, stories, texts. In D. Grant, C. Hardy, C. Oswick, & L. L. Putnam (Eds.), *The Sage Handbook of Organizational Discourse*. London: Sage Publications, 2004, p.61-77.

GLADWIN, Thomas N.; KENNELLY, James J.; KRAUSE, Tara-Shelomith. Shifting Paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*. Vol. 20. No.4, p.874-907, 1995.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

LÉLÉ, S.M. Sustainable development: a critical review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo: Editora Atlas, 2001, p. 31-56.

MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In.: _____. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 445-576.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Apr. 2011.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, p. 340-363, 1977.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?" *Papeles de población*, año 6, n. 24, p. 9-35, abr./jun. 2000.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

SEWELL, W. F. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *The American Journal of Sociology*, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992

WEICK, K. E. Seven properties of *sensemaking*. In.: _____. *Sensemaking in organizations*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 1995, p. 17-62.